

Oposição tenta votar lei salarial

Partidos aproveitam a suspensão do recesso para forçar votação de salários indexados

BRASÍLIA — Depois do mais curto recesso de sua história, o Congresso reabre às 14 horas de hoje, convocado especificamente para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), mas com as preocupações dos congressistas voltadas na prática para o projeto de política salarial que se acha em tramitação no Senado. “Nós pretendemos votar a política salarial antes da apreciação da LDO”, avisa o líder do PDT na Câmara, deputado Vivaldo Barbosa (RJ). Essa também é a posição do PT, mas o governo vai contra-atacar argumentando que, oficialmente, o Congresso deve ser convocado extraordinariamente apenas para votar a LDO.

Ontem mesmo, enquanto cancelava o lançamento de sua candidatura ao governo de Alagoas — previsto para esta tarde — e comandava a mobilização de bancadas que apóiam o governo, o líder Renan Calheiros (PRN) anunciava a estratégia regimental que levará ao plenário: segundo Renan, o período legislativo foi encerrado por meio de declarações solenes dos presidentes do Senado, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), e da Câmara, Paes de Andrade (PMDB-CE). Pouco importa, na opinião do líder governista, que esta tenha sido uma decisão “viciada juridicamente”. Por isso, acha ele, o Congresso agora só poderia ser convocado extraordinariamente pelo presidente da República ou por decisão das duas casas e apenas para votar a LDO. Assim, Renan preten-



Ulysses e Renan: divergência no Congresso sobre a possibilidade de o Senado votar salário

de evitar a realização de sessões do Senado e da Câmara, o que devolveria à oposição o argumento de apenas votar a LDO depois que o Senado fizer o mesmo em relação à política salarial.

“Não se trata de convocação extraordinária, que necessariamente teria uma pauta exclusiva e específica, mas de prorrogação plena da sessão legislativa”, rebate o líder do PMDB, Íbsen Pinheiro, por meio de uma ligação telefônica feita de Buenos Aires, onde ele se encontra como integrante da comitiva do presidente Fernando Collor. Segundo Nerione Cardoso, diretor-geral da mesa do Senado, as instruções do senador Nelson Carneiro foram claras: a sessão marcada para a tarde

de hoje é extraordinária, por causa do horário (as sessões do Congresso são realizadas à noite), mas o período legislativo é o mesmo — ou seja, trata-se de uma prorrogação.

Funcionários da mesa do Senado ainda tentaram convencer Nelson Carneiro a marcar a sessão para a próxima terça-feira, alegando que seria difícil reunir em Brasília, numa sexta-feira, até mesmo o número de parlamentares necessários para a abertura da sessão: 83 deputados e 13 senadores. Mas Carneiro, sem maiores explicações, insistiu em “resolver logo esses problemas”, embora o Supremo Tribunal Federal tenha determinado apenas que o senador pedisse a LDO de volta. O mais provável é que tenha aumentado a irrita-

ção dos congressistas com sua atuação. Ao ser localizado no interior do Amazonas pela liderança do governo, o deputado José Fernandes (PST) avisou: “Está bem, eu vou, mas vou passar um telegrama ao Nelson Carneiro com apenas três palavras: ‘O senhor está gagá’”. Os líderes dos dois maiores partidos de oposição — PMDB e PSDB — admitem a votação do projeto substitutivo de LDO apresentado pelo senador José Richa (PSDB-PR). O governo também concorda em aprovar o substitutivo. O maior problema será o quorum para a votação. Poucos, como o deputado Ulysses Guimarães, tiveram a iniciativa da chamada. “Estou esperando ordens”, disse ele num telefonema à liderança do PMDB.